

# RELATÓRIO DE ANÁLISE DA TAXA DE MORTALIDADE DE UTIS COVID-19 NO HOSPITAL REGIONAL DE SINOP

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MATO GROSSO

JANEIRO DE 2020

## 1 SUMÁRIO

1	SUMÁRIO.....	2
2	OBJETIVOS.....	3
3	OBJETO .....	3
4	DATA DA ANÁLISE .....	3
5	INTRODUÇÃO.....	3
6	MÉRITO.....	4
6.1	Fonte DAS INFORMAÇÕES .....	4
6.2	metodologia.....	5
6.3	Resultados .....	6
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	8
8	ENCAMINHAMENTOS Á CONSIDERAÇÃO SUPERIOR.....	10

## 2 OBJETIVOS

Apurar a taxa de mortalidade em UTIs do Município de Sinop/MT.

## 3 OBJETO

A presente análise foi realizada sobre a “Tabela de Hospitalização e taxa de hospitalização por município de residência”, fornecida pelo Governo do Estado no Painel Covid-19.<sup>1</sup>

## 4 DATA DA ANÁLISE

A presente análise foi realizada no dia 13 de janeiro de 2021.

## 5 INTRODUÇÃO

Após a notificação extrajudicial encaminhada ao Senhor Governador alertando sobre a mortalidade e pedindo que o estado reassumisse a gestão das UTI's ilegalmente terceirizadas, a SES, através da Coordenadoria de Acompanhamento da Execução Administrativa Contábil e Financeira, deixou de encaminhar os processos de pagamento dos contratos de terceirização de UTI's, descumprindo o que consta no Parecer da Procuradoria Geral do Estado, por meio do Ofício 11/2019/USPGE/SES/MT.

Este fato inviabilizou o acompanhamento da legalidade dos pagamentos e também da mortalidade nas UTI's, e os voluntários do OSMT ficaram vários meses no escuro quanto a estes dados.

Procuramos a Associação de Medicina Intensiva Brasileira para acesso aos dados do estudo “UTI's do Brasil” mas não recebemos resposta.

Então procuramos o Senhor José Bazan, que tem altíssima competência e conhecimento de análise de banco de dados e ele com trabalho voluntario nos ensinou a acessar os dados brutos do site do Ministério da Saúde e tratar estes dados para chegar à mortalidade nas UTI's por hospital.

Assim sendo, o presente relatório insere-se em um escopo mais amplo de controle social das contratações de “gerenciamento de UTIs” que iniciou em setembro de 2019.

No dia 13 de janeiro a reportagem da TVCA Sinop procurou o Observatório para perguntar se havia alguma resposta do governo do estado quanto ao Hospital estadual de Sinop, tendo em vista que o governo do estado anunciou que vai reabrir leitos de UTI no hospital regional.

Este fato apressou a elaboração deste relatório visando alertar a comunidade quanto ao que está ocorrendo naquele hospital.

No mesmo dia 13 de janeiro a SES encaminhou resposta negativa ao oferecimento de um médico intensivista altamente qualificado para auxiliar na investigação da qualidade no atendimento nas UTI covid sob a responsabilidade do governo do estado (anexo).

---

<sup>1</sup> Governo do Estado de Mato Grosso. Painel Covid-19. Disponível em: <http://www.saude.mt.gov.br/painelcovidmt2/>. Acesso em: 13/01/2021.

## 6 MÉRITO

### 6.1 FONTE DAS INFORMAÇÕES

Os dados sobre os quais se baseou a presente análise, e que seguem em planilha anexa, foram obtidos diretamente do Governo do Estado de Mato Grosso, seguindo-se os passos representados abaixo.

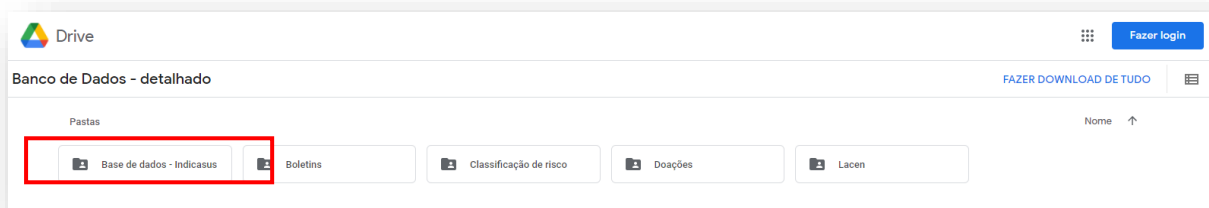
Figura 1: Portal Covid-19



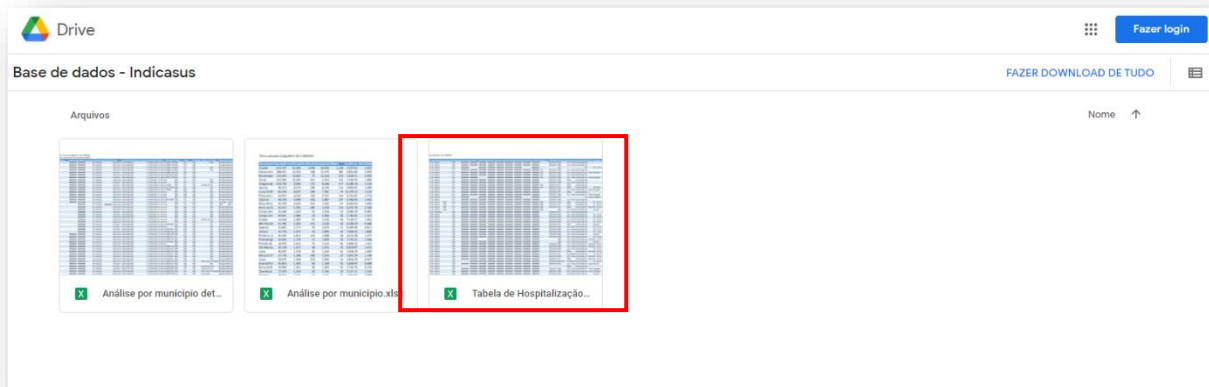
Fonte: <http://www.transparencia.mt.gov.br/portal-covid-19>



Fonte: <http://www.saude.mt.gov.br/painelcovidmt2/>



Fonte: <https://drive.google.com/drive/folders/1cpi79C65Kxvpl6j3Y4QAECE988JeNzfK>



Fonte: <https://drive.google.com/drive/folders/1CzamzqFkGpx5280Q0LKmrmbhl2U560IF>

Além disso, foi realizada comparação desses dados com os do “Banco de Dados de Síndrome Respiratória Aguda Grave - incluindo dados da COVID-19” disponibilizados pelo Ministério da Saúde para checagem.<sup>2</sup>

## 6.2 METODOLOGIA

Os dados foram tratados pelo programa Excel, utilizando-se as ferramentas *tabela dinâmica* e *gráficos* e seguindo-se as etapas indicadas a seguir.

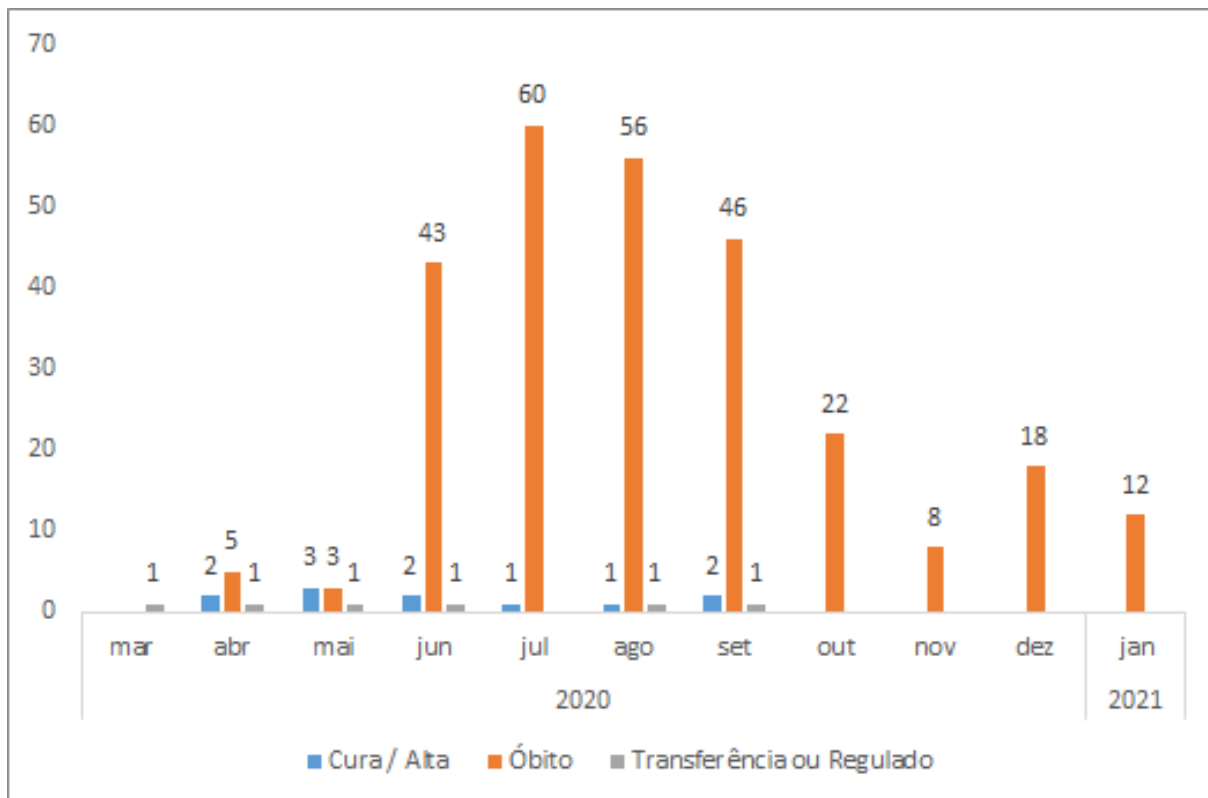
- 1) A fim de focar a análise no Hospital Regional de Sinop, no tocante à coluna “Hospital”, foram desconsiderados (com a funcionalidade *filtros*) todos os valores exceto “Hospital Regional de Sinop”;
- 2) A fim de focar a análise sobre as internações, no tocante à coluna “TipoLeitoAtual\_Clínico/UTI”, foram desconsiderados (com a funcionalidade *filtros*) todos os valores exceto “UTI”;
- 3) Foram consideradas na análise os valores das colunas “DataSaida”, que representa a data de término da internação na UTI, organizados em meses; “Evolução Hospital”, que representa o desfecho da internação (“Cura/Alta”, “Óbito”, “Transferência ou Regulado” e células vazias, isto é, sem valor); e “TotalInternados”, que representa o número de pessoas internadas.
- 4) Sobre a coluna “EvoluçãoHospital”, indicada no item anterior, foram desconsiderados (com a funcionalidade *filtros*), as células vazias.

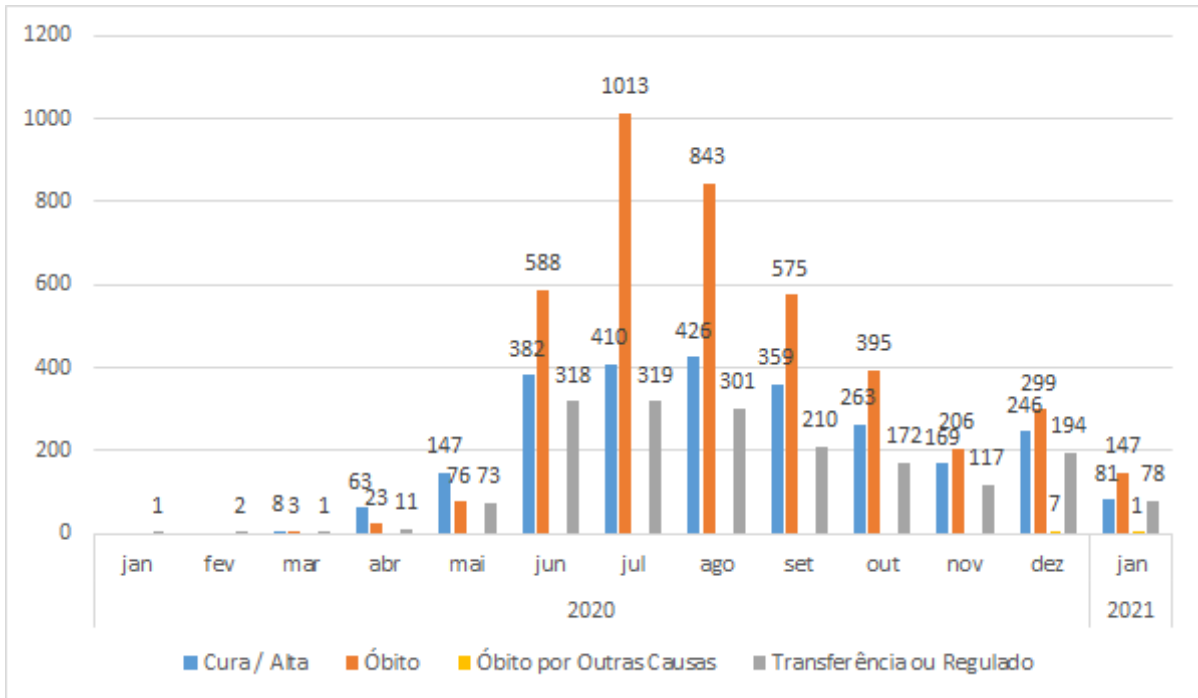
<sup>2</sup> <https://opendatasus.saude.gov.br/dataset/bd-srag-2020>

5) Os dados foram organizados nos gráficos abaixo.

### 6.3 RESULTADOS

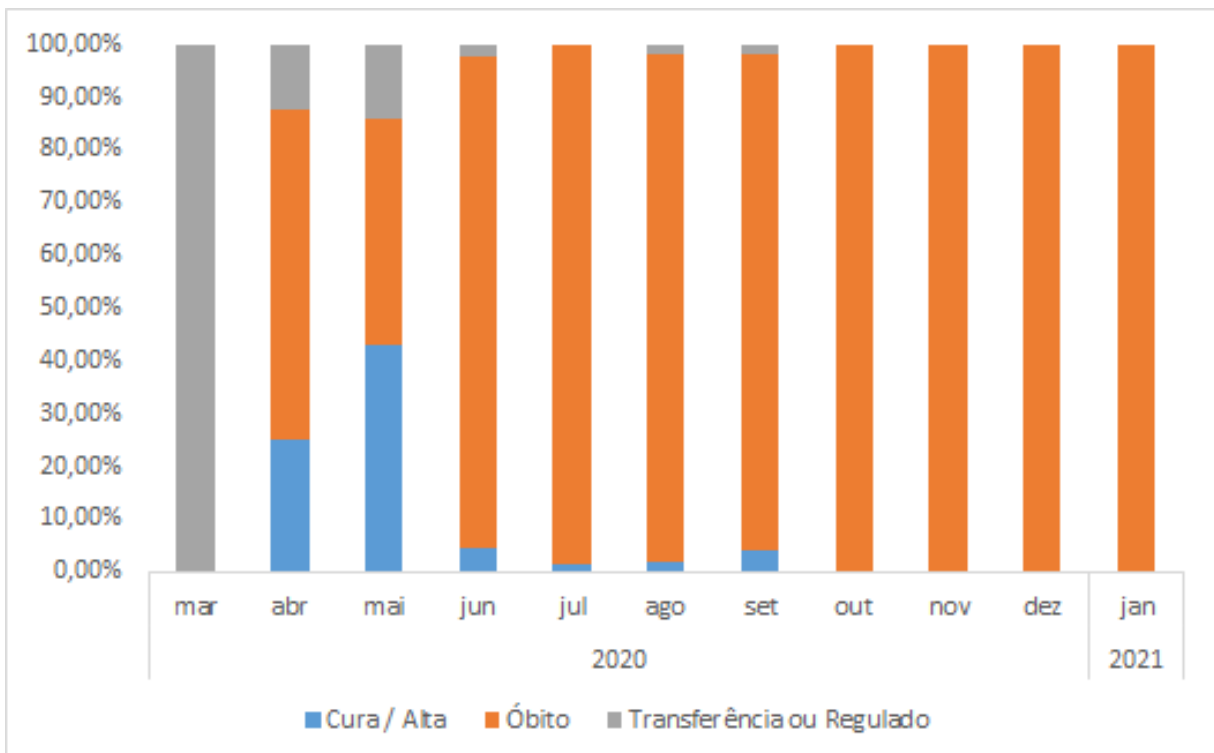
Elaboramos os gráficos abaixo relativo ao Hospital Regional de Sinop e em seguida o mesmo gráfico relacionado a todos os hospitais de Mato Grosso, em números de pacientes.

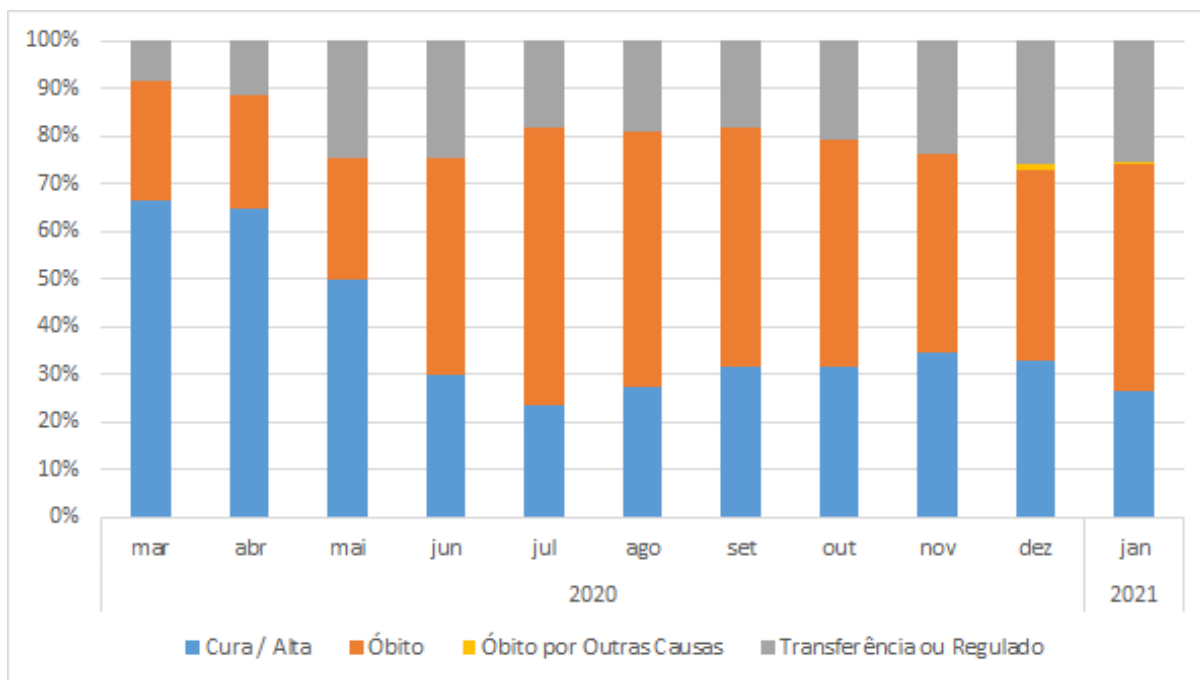




Vemos que a partir de outubro 100% dos pacientes vieram a óbito, mas desde o início da pandemia a mortalidade no Regional de Sinop é excessivamente alta comparando com os números do estado de Mato Grosso.

Em seguida elaboramos os mesmos gráficos, relativo ao Hospital Regional de Sinop e em seguida o mesmo gráfico relacionado a todos os hospitais de Mato Grosso, ambos em percentuais de cura/alta, óbito, óbito por outras causas, transferências/regulação.





A discrepância é tão absurda que é possível notar apenas visualmente: em laranja são os óbitos e em azul a cura. O cinza mostra transferência para outro hospital.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Secretário de Estado de Saúde foi alertado em setembro de 2019, e novamente questionado em ação judicial para anular licitação com objeto idêntico em junho de 2020, e outra ação questionar os contratos de UTI Covid com a empresa Mediall.

Quanto ao Hospital Regional de Sinop o Observatório fez notificação extrajudicial em agosto passado, alertando para a mortalidade acima de 90% em julho e pedindo que o estado assumisse os leitos tirando da Empresa Goiana de Terapia Intensiva.

Mas agora a mortalidade chega a 100% e a gestão mostra total descaso com as mortes, e insiste em manter e renovar contratos com a mesma empresa em Sinop e em outros hospitais estaduais.

Na análise feita em agosto sobre os processos de pagamento já mencionados, foi possível constatar fatos que possivelmente ainda ocorrem, pois ainda persiste a empresa Organização Goiana de Terapia Intensiva e o contrato que transfere a responsabilidade pela uti a uma empresa privada e faz pagamentos fixos sem nenhuma exigência de indicadores de qualidade no atendimento, os fatos então constatados são:

- a) UTI em funcionamento sem registro de responsabilidade técnica no CRM.
- b) Médicos sem qualificação técnica adequada, isto é, sem especialidade em medicina intensiva registrada no CRM, e sem o mínimo de 3 cursos dentre os



- 27 oferecidos pela AMIB, em desconformidade com a legislação que rege a classe; confirmando-se, assim, as denúncias populares a respeito do mau atendimento nas UTIs do Estado;
- c) Realização de plantões seguidos; além de não possuírem qualificação técnica mínima para atuação em UTIs, vislumbrou-se em diversas ocasiões plantões médicos de 60h ou mais, até 120h; É evidente que o médico não fica 120 horas seguidas na UTI, nessas condições, a qualidade do serviço reduz-se ainda mais;
  - d) Falta de insumos e equipamentos mínimos necessários para o funcionamento da UTI, em desconformidade com a RDC nº 7 da ANVISA.
  - e) Não aplicação de glosas contratuais; fato que mais assombra a sociedade pois, revela, I) a irresponsabilidade dos gestores públicos para com a desídia da OGTI e II) a nulidade do contrato, fiscais sem vínculo permanente e troca constante de fiscais.
  - f) Altíssima taxa de mortalidade nas UTIs de tratamento de pacientes acometidos pelo COVID-19, o que assusta, mas de nenhuma maneira surpreende, diante dos inúmeros descumprimentos contratuais associados ao descaso com a fiscalização dos serviços contratados já que foram constatados. Nesse cenário, a alta mortalidade parece ser consequência natural das ações da contratada e omissões da contratante.
  - g) Por fim, significativa vacância nos leitos de UTI; nada obstante, o pagamento é sempre integral, calculado em função da quantidade de dias no mês vezes o número de leitos contratados. Assim, essa forma de pagamento não comporta “gerenciamento” de leitos de UTI, vago isto é, leitos não utilizados. Essa prática é danosa ao erário, primeiro, por haver pagamento sem contraprestação de serviço correspondente. É antieconômico pagar o mesmo valor por internações e pela mera disponibilização do equipamento; e segundo, porque caso a contratante recuse internação de pacientes, mesmo aqueles já regulados e referenciados pelo sistema de regulação, sua remuneração seguirá idêntica. Dessa forma, a contratada é premiada por recusar pacientes, já que seus custos diminuem e a remuneração permanece a mesma.

Na ocasião o Observatório emitiu uma Notificação Extrajudicial ao governador recomendando que a SES deve gerir diretamente todas as UTIs em hospitais regionais, sob pena de representação às autoridades competentes para responsabilização criminal pelas mortes que doravante ocorrerem por falta de assistência de médico intensivista, falta de medicamentos e de equipamentos que tais empresas deixem de fornecer;

Entretanto, vemos que não há vontade política para tanto e por isso, para evitar que a altíssima mortalidade continue nas utis públicas do estado, seja UTI covid ou UTI normal, então o Observatório pediu apoio de outras instâncias, CRM, AMIB, Ministério da Saúde, Ministério Público, Polícia Federal e Justiça Federal.

O Conselho Nacional de Saúde prontamente respondeu informando que solicitou ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS Denasus, que realizasse a auditoria solicitada. O Denasus já informou que está prevista a realização de auditoria ainda sem data para ocorrer.

O Conselho Regional de Medicina – CRM/MT informou que abriu sindicância para apurar o caso, ainda em andamento.

Quanto à comissão criada pela SES em setembro de 2010 em resposta ao questionamento do Observatório, com objetivo de investigar as causas da alta mortalidade na UTI covid em Sinop, o Observatório notou que dos três médicos nenhum era especialista em medicina intensiva.

Então notificamos o governador pedindo que incluísse um médico intensivista altamente qualificado e voluntário do Observatório nessa comissão. No dia 13 de janeiro recebemos a resposta recusando a ajuda tendo em vista que a comissão já está em andamento (documentos anexos).

Agora preocupa ao Observatório a notícia de que a SES vai reabrir os dez leitos de UTI covid no Regional, porque analisando os dados do Ministério da Saúde vemos que nos últimos meses foram a óbito 100% dos pacientes ali tratados.

Quanto à causa desses fatos até hoje não se tem resposta porque a comissão aberta para apurar a denúncia apresentada pelo Observatório não apresentou relatório, apenas foi prorrogado o prazo, um fato intolerável tendo em vista o bem jurídico em jogo, vidas que o SUS deveria zelar.

Ponderamos que considerando que até hoje a SES não sabe o porquê da mortalidade altíssima, seria melhor que não fossem abertos novos leitos, para que o cidadão Sinopense e da região tenha a chance de acesso a outra UTI onde tenha chances de sobreviver.

Também solicitamos que seja incluído no Boletim Epidemiológico do estado os indicadores de mortalidade nas clínicas e UTIs do estado, para que o cidadão tenha o direito de buscar os hospitais com maior resultado em termos de cura/alta, da mesma forma que o Secretário Estadual de Saúde buscou um hospital em São Paulo para se tratar do Covid porque certamente tem melhores indicadores de qualidade de tratamento.

## **8 ENCAMINHAMENTOS À CONSIDERAÇÃO SUPERIOR**

Recomendamos que o OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MATO GROSSO adote as seguintes providências:

- a) Tendo em vista a gravidade dos fatos apurados neste relatório, recomenda-se Notificar Extrajudicialmente ao Governador do Estado de Mato Grosso para que reassuma a gestão das UTI's que estão terceirizadas de forma ilegal e lesiva, sendo tanto as UTI's Covid quanto as demais UTI's dos hospitais regionais, encampando os serviços para garantir a qualidade da assistência à saúde dos mato-grossenses e diminuir a altíssima mortalidade;
- b) Recomendar ao Governador que abstenha-se de abrir novos leitos de UTI para tratamento do covid no Hospital Regional de Sinop enquanto não terminar a análise das causas da mortalidade, atualmente de 100% dos pacientes internados.
- c) Dar ciência do quanto constatado neste relatório:

Ao Conselho Regional de Medicina, para que adote as providências no seu âmbito de competência;

Ao Ministério da Saúde, solicitando auditoria do Departamento Nacional de Auditoria - DENASUS - sobre a gestão estadual do SUS tendo em vista que essa gestão não preenche os requisitos essenciais para ser qualificada como gestora de recursos federais,

Ao Conselho Nacional de Saúde para conhecimento;

Ao Superintendente da Polícia Federal para providências que entender cabíveis;

Ao Ministério Público do Estado para as providências que entender cabíveis.;

Ao juiz da vara onde tramita o inquérito iniciado pela DEFAZ/MT na “Operação Sangria” que atualmente tramita na Justiça Federal, para ciência;

Responsabilidade Técnica

ELDA MARIZA VALIM FIM